

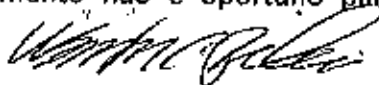
Ata da reunião da Administração do TJMG com representantes do SERJUSMIG, SINJUS, SINDOJUS, para tratar do orçamento de 2014.

Data: 31 de julho de 2013

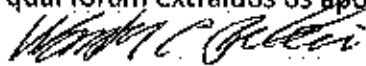
Local: Sala de Reuniões da SEPLAG – 11º andar do Anexo I – TJMG

Participantes: Desembargador Nelson Missias de Moarais (Comissão de Orçamento) que presidiu a reunião, Desembargador Moacyr Lobato de Campos Filho (Comissão de Orçamento); Dr. Renato César Jardim (Juiz Auxiliar da Presidência); Dr. Maurício Torres Soares (AMAGIS); Sandra Margareth Silvestrini de Souza - (SERJUSMIG); Luiz Fernando Pereira de Souza – (SERSUMIG); Antônio Costa dos Santos Júnior (SERJUSMIG); Robert Wagner França (SINJUS); Wagner de Jesus Ferreira (SINJUS); Fabrício Oliveira Cruz (Técnico do SINJUS); Wander da Costa Ribeiro (SINDOJUS); Jonathan Porto Galdino do Carmo (SINDOJUS); Hilton Secundino Alves – DIRFIN; Renato Cardoso Soares - SEPLAG - SEPLAG; Renato de Lima Costa - SEPLAG (secretário designado para a reunião).

REGISTROS: Os trabalhos foram abertos pelo Exmo. Sr. Dr. Renato Jardim, dando as boas vindas a todos, e logo em seguida, explicando a razão da presença dos Desembargadores representando a Comissão de Orçamento. Em seguida, passou a palavra ao Exmo. Sr. Des. Nelson Missias, que por sua vez, esclareceu que as presenças dele e do Des. Moacyr Lobato estão desvinculadas da comissão que negociou os acordos salariais de 2013. Serjusmig pontuou as prioridades: Auxílios Farmácia, Transporte e Saúde. Prioridades eleitas em razão do limite da LRF para as despesas de pessoal e possibilidade do uso das verbas de custeio. Noticiou também a preocupação do sindicato com a dispensa do pessoal nomeado a título precário, por determinação do CNI, que deve se aproximar de 1.000 servidores, contra uma contratação apontada de 220 novos servidores. Serjusmig reafirmou aos representantes da Comissão de Orçamento os demais pleitos apresentados em reunião do dia 31/07/2013, conforme registrado em ata daquela reunião (promoção vertical, aumento das vagas destinadas à promoção vertical e PL 3342/2012). Sinjus fez referência à baixa RCL estimada pelo Poder Executivo e solicitou que o Tribunal priorizasse o debate sobre a destinação dos R\$ 38 milhões, que é o montante identificado para se atingir o Teto do Poder Judiciário para as despesas de pessoal. Solicitou também que o superávit financeiro de 2014, fonte do Tesouro, se ocorrer, seja destinado à carreira dos servidores. Sinjus fez a defesa do aumento do Auxílio Creche, cujo impacto é de, aproximadamente, 1,2 milhões de reais e que esse aumento deve ser revisto, em função do seu pouco impacto, elevando o seu valor à média paga pelos demais Tribunais de Justiça que próxima a quatrocentos reais. Ainda pelo Sinjus, é solicitada informação sobre a proposta de aumento de 10% para os servidores e que Tribunal siga a mesma política adotada pelo Poder Executivo para esse reajuste. Des. Moacyr Lobato explicou que a função dos representantes da Comissão de Orçamento é a de ouvir as propostas e que esse momento não é oportuno para responder sobre essas propostas, tudo em



respeito aos demais membros da Comissão de Orçamento. Des. Moacyr Lobato esclareceu que essas propostas serão levadas aos demais membros da Comissão de Orçamento. Robert solicita que tribunal adote políticas de economia que propiciem maior investimento no plano de carreiras. Des. Nelson Missias lembrou da importância do diálogo nesses momentos, lembrando a política de sempre se cultuar o respeito aos servidores, reforçando ainda a importância da impessoalidade na gestão dos recursos públicos. As entidades sindicais solicitam maior apoio do Tribunal quando das emendas apresentadas às leis de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento e Plano Plurianual, especialmente a que vincula o excesso de arrecadação ao Poder Judiciário. Sindojus solicitou o reajuste da verba indenizatória dos Oficiais de Justiça, ainda em 2013, considerando que até a presente data não houve nenhum reajuste das diligências, informando ainda que esse aumento estava previsto no orçamento de 2013. Dr. Renato Jardim informou que essa proposta será examinada ainda em 2013. Luiz Fernando solicitou aos desembargadores que encaminhassem aos demais membros da Comissão do Orçamento o abaixo assinado dos servidores da 1ª Instância. Sindicatos solicitam participar da conclusão do orçamento antes da peça orçamentária seja enviada à Corte Superior, ou seja participar da reunião marcada para o dia 09/08/2013. Nesse mesmo, sentido reiteram pedido de participação após a fase de compatibilização a serem efetuados na proposta orçamentária. Sandra registra que o objetivo de apresentar à comissão de orçamento as reivindicações das entidades tem o propósito de garantir recursos para que posteriormente a comissão salarial tenha condições do encaminhamentos dos PLs, resoluções e Portarias. Robert solicitou que o documento "Ranking de salário e benefícios dos Tribunais de Justiça Estadual Julho 2013", faça parte da ata de reunião. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião, da qual foram extraídos os apontamentos acima transcritos.

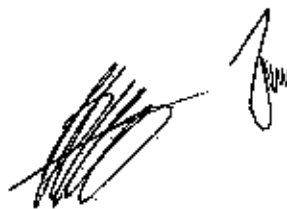


S. J. S. (SERV. JUS. MG)



Wagner (SINJUS-MG)







* EM TEMPO: Onde se lê "data 31 de julho de 2013", leia-se "19 de agosto de 2013". Belo Horizonte, ~~01 de agosto de 2013.~~

